

VIDROPORTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Vidroporto S.A.  
Porto Ferreira - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vidroporto S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos a seguir, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

## Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

---

Conforme Notas Explicativas nºs 9.f e 18 às demonstrações contábeis, a Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto

---

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia e consideramos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Avaliamos a adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 029356/O-1

Estefan George Haddad

Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

VIDROPORTO S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido						
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	10	28.614.615	63.946.032	33.118.197	64.163.968	Fornecedores	18	17.812.020	19.243.811	23.590.244	19.808.495
Contas a receber de clientes	11	66.988.594	104.209.384	97.084.816	104.209.384	Empréstimos e financiamentos	19	53.037.284	54.086.265	53.037.284	54.086.265
Estoques	12	48.189.012	33.683.736	70.598.901	35.595.082	Debêntures a pagar	20	22.014.041	2.515.369	22.014.041	2.515.369
Impostos a recuperar	13	373.726	1.237.632	25.524.749	27.284.769	Salários, férias e encargos a pagar		4.013.038	4.478.120	5.068.299	4.578.411
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	935.421	3.038.353	935.421	Impostos e contribuições sociais a recolher	21	18.532.253	11.575.652	21.070.393	12.313.116
Despesas antecipadas		1.740.127	789.419	2.106.391	789.419						
Outros investimentos		-	5.390.417	-	5.390.417	Dividendos e juros sobre capital próprio		6.792.268	7.153.376	6.792.268	7.153.376
Outros créditos		1.065.381	2.126.621	13.895.353	2.140.666	Outras contas a pagar		3.686.705	1.676.186	4.456.269	1.676.186
		146.971.455	212.318.662	245.366.761	240.509.125		125.887.610	100.728.780	136.028.797	102.131.219	
<b>Não circulante</b>					<b>Passivo não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	19	44.209.445	93.968.629	44.209.445	93.968.629
Instrumentos financeiros derivativos	29	7.908.511	8.715.212	7.908.511	8.715.212	Debêntures a pagar	20	171.425.280	194.939.321	171.425.280	194.939.321
Impostos a recuperar	13	2.343.282	2.604.994	2.381.533	2.877.300	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	89.793.339	87.160.215	92.178.677	87.160.215
Outros créditos		523.819	449.320	820.549	458.420						
		10.775.612	11.769.526	11.110.593	12.050.932	Provisão para contingências	27	2.207.264	2.105.641	2.218.106	2.116.483
Investimentos	15	349.086.953	292.202.483	202.993	202.993		307.635.329	378.173.807	310.031.508	378.184.648	
Imobilizado	16	235.458.191	246.921.211	498.149.231	511.862.857						
Intangível		1.617	1.617	1.617	1.617	Patrimônio líquido	22				
		595.322.373	550.894.837	509.464.433	524.118.399	Capital social		197.114.869	171.803.649	197.114.869	171.803.649
						Reserva legal		10.579.580	9.013.778	10.218.006	9.013.778
						Reserva de retenção de lucros		101.076.441	103.493.486	101.438.015	103.494.230
						Total do patrimônio líquido		308.770.889	284.310.913	308.770.889	284.311.657
						Total do passivo e patrimônio líquido		742.293.828	763.213.499	754.831.194	764.627.524
Total do ativo		742.293.828	763.213.499	754.831.194	764.627.524						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	23	307.314.200	269.172.552	372.721.206	269.213.277
Custos dos produtos vendidos	24	(214.678.739)	(184.797.867)	(275.064.781)	(192.229.847)
Lucro bruto		92.635.461	84.374.685	97.656.425	76.983.430
Receitas/(despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	25	(18.738.983)	(14.153.548)	(25.249.825)	(17.236.581)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		(913.570)	247.211	(552.740)	2.842.094
Ganho por compra vantajosa		-	130.396.471	-	130.396.471
Equivalência patrimonial	15	(906.790)	(7.879.405)	-	-
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		72.076.119	192.985.414	71.853.860	192.985.414
Receitas financeiras	26	27.869.097	41.097.031	28.289.862	41.097.031
Despesas financeiras	26	(56.022.463)	(61.390.217)	(56.873.985)	(61.390.217)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		43.922.753	172.692.227	43.269.737	172.692.227
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	14	(10.879.604)	(2.671.865)	(10.879.604)	(2.671.865)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	14	(2.633.125)	(58.273.798)	(1.980.109)	(58.273.798)
Lucro líquido do exercício		30.410.024	111.746.565	30.410.024	111.746.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

---

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	30.410.024	111.746.565	28.596.445	103.867.159
Resultado abrangente total	<u>30.410.024</u>	<u>111.746.565</u>	<u>28.596.445</u>	<u>103.867.159</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Ágio sobre a emissão de novas ações	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	140.191.226	2.238.505	7.335.563	27.351.067	-	177.116.361
Aumento de capital com reservas	29.589.572	(2.238.505)	-	(27.351.067)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	111.746.565	111.746.565
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	1.678.215	-	(1.678.215)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.317.647)	(1.317.647)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.022.851	-	-	-	(5.257.217)	(3.234.366)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	103.493.486	(103.493.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	171.803.649	0,040	9.013.778	103.493.486	-	284.310.913
Aumento de capital com reservas	25.311.220	-	-	(25.311.220)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.410.024	30.410.024
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	1.565.802	-	(1.565.802)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.950.048)	(5.950.048)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	22.894.175	(22.894.175)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	197.114.869	-	10.579.580	101.076.441	-	308.770.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VIDROPORTO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	30.410.024	111.746.565	30.410.024	111.746.565
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	20.353.334	15.560.722	27.754.990	15.560.722
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.671.865	-	2.671.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.633.125	58.273.798	5.018.462	58.273.798
Resultado na venda de ativo imobilizado	61.177	15.101	61.177	15.101
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(400.307)	-	(400.307)
Constituição de provisão para contingências	101.623	230.681	101.623	230.681
Ajuste a valor presente do contas a receber	35.921	405.540	(334.742)	405.540
Ajuste a valor presente de fornecedores	(6.357)	149.238	9.318	149.238
Provisão para perdas de estoques		-	-	8.014.423
Realização do custo de transação	484.631	166.604	484.631	166.604
Instrumentos financeiros derivativos	806.701	(10.165.871)	806.701	(10.165.871)
Rendimento de aplicações financeiras		(3.288.106)	-	(3.288.106)
Equivalência patrimonial	906.790	7.879.405	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.714.103)	22.186.019	(20.714.103)	22.186.019
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	19.708.575	11.678.825	19.708.575	11.678.825
Ajustes de exercício anteriores	(773)		(129.691)	-
Aquisição de controlada - ativos identificáveis, líquidos	-	(296.419.553)	-	(296.419.553)
Varição em contas a receber de clientes	37.184.870	(44.053.501)	7.459.310	(44.053.501)
Varição em estoques	(14.505.276)	(7.739.680)	(35.003.820)	(9.099.702)
Varição em impostos a recuperar	1.125.617	904.438	1.984.116	1.004.796
Varição em imposto de renda e contribuição social	935.421	(884.777)	(2.102.932)	(884.777)
Varição em despesas antecipadas	(950.708)	(1.866.003)	(1.316.972)	(1.866.003)
Varição em outros créditos	986.740	(580.120)	(11.844.511)	(163.478)
Varição em fornecedores	(1.425.434)	(1.629.301)	3.772.431	(1.529.793)
Varição em salários, férias e encargos a pagar	(465.082)	301.775	490.834	404.019
Varição em impostos e contribuições sociais a recolher	6.956.601	1.204.014	8.885.589	(1.525.470)
Varição em outras contas a pagar	2.010.519	1.229.139	2.779.136	1.229.139
Varição em outros investimentos	5.390.417	2.948.147	5.390.417	2.948.147
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<b>92.024.354</b>	<b>(129.475.343)</b>	<b>43.670.564</b>	<b>(132.711.080)</b>
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(8.951.491)	(9.766.576)	(14.102.541)	(9.772.245)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(57.790.487)	(3.459.342)	-	-
Aquisição de intangível	-	(129.161)	-	(129.161)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(66.741.978)</b>	<b>(13.355.079)</b>	<b>(14.102.541)</b>	<b>(9.901.406)</b>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	-	152.064.884	-	152.064.884
Aumento de capital	-	2.022.851	-	2.022.851
Debêntures tomadas	-	200.000.000	-	200.000.000
Pagamento de debêntures	(4.500.000)	(113.642.448)	(4.500.000)	(113.642.448)
Custos de transação relacionado a empréstimos, financiamentos e debêntures		(2.660.989)	-	(2.660.989)
Provisão de dividendos e juros sobre capital próprio	(361.108)	(6.574.864)	(361.108)	(6.574.864)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(5.950.048)	(5.386.357)	(5.950.048)	(5.386.357)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(49.802.638)	(46.563.673)	(49.802.638)	(46.563.673)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos</b>	<b>(60.613.794)</b>	<b>179.259.404</b>	<b>(60.613.794)</b>	<b>179.259.404</b>
<b>Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(35.331.417)</b>	<b>36.428.982</b>	<b>(31.045.770)</b>	<b>36.646.918</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	63.946.032	27.517.050	64.163.968	27.517.050
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	28.614.615	63.946.032	33.118.197	64.163.968
<b>Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(35.331.417)</b>	<b>36.428.982</b>	<b>(31.045.771)</b>	<b>36.646.918</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na Rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

2. Entidades do grupo

Controladas diretas	País	Participação	
		2019	2018
Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	Brasil	100%	100%

Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.

A controlada tem sua sede e foro no município de Estância de Sergipe, na Rodovia BR 101, KM 142. A entidade tem como objeto social a fabricação de artigos de vidro destinado a quaisquer finalidades, inclusive como partes, peças e acessórios, embalagens de vidro em geral, fabricação de moldes em geral, o beneficiamento, a comercialização, a representação por conta própria ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.1. Aquisição de controladas

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia obteve o controle da Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. (“IVN”), ao adquirir 100% das quotas do capital social dessa entidade da Ipiaram Empreendimentos e Participações Ltda. e Saint-Gobain Vidros S.A.

A aquisição de controle da IVN permitirá a Companhia aumentar seu volume de produção de vidros para atendimento ao mercado do Nordeste. Espera-se que a aquisição possibilite a Companhia maior participação no mercado de vidro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

## (a) Contraprestação transferida

A contraprestação transferida foi de R\$ 166.023.082 através da transferência de recursos financeiros. Para financiar essa operação, a Companhia obteve recursos através da 2ª emissão de debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

## (b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela, a seguir, resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Descrição	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	168.371
Estoques	8.565.506
Impostos a recuperar	26.409.822
Outros créditos	57.219
Imobilizado	264.562.097
Intangível	373.881
Fornecedores	(436.478)
Salários, férias e encargos a pagar	(7.294)
Impostos e contribuições sócias a recolher	(3.262.729)
Provisão para contingências	(10.842)
Total dos ativos identificáveis, líquido	296.419.553

## (i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- Imobilizado - Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica;
- Estoques Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

## (c) Ganho por compra vantajosa

O ganho por compra vantajosa reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Descrição	Valor
Contraprestação transferida	166.023.082
Valor justo dos ativos identificáveis, líquidos	(296.419.553)
Ganho por compra vantajosa	130.396.471

3. Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### 4. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2020. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 14 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social;
- Nota explicativa nº 16 - Vida útil do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa nº 27 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### (i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).



A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

## 7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

## 8. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

### b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros investimentos, instrumentos financeiros derivativos e outros créditos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;
- Custo amortizado: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e pagar e outras contas a pagar.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 23.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo.



Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## 9. Novas normas e interpretações

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo.

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

A nova norma substituiu o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações, determinando que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros "passivos de arrendamentos" e o direito de uso do ativo arrendado "direito de uso dos ativos" para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia e sua controlada realizaram uma análise inicial dos arrendamentos/aluguéis existentes em 31 de dezembro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes a serem divulgadas.

(ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro  
 (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia e sua controlada tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia e sua controlada devem definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração da Companhia e sua controlada passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações contábeis, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	20.645	26.185	29.762	18.555
Saldo bancário	15.134.888	7.528.507	19.615.869	7.746.443
Aplicações financeiras de curto prazo	13.459.082	56.398.970	13.472.566	56.398.970
	<u>28.614.615</u>	<u>63.946.032</u>	<u>33.118.197</u>	<u>64.163.968</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

## 11. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Duplicatas a receber	68.956.790	106.213.501	99.423.675	106.213.501
Menos:				
Ajuste a valor presente - AVP	(1.394.472)	(1.430.393)	(1.765.135)	(1.430.393)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(573.724)	(573.724)	(573.724)	(573.724)
Total	<u>66.988.594</u>	<u>104.209.384</u>	<u>97.084.816</u>	<u>104.209.384</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos a vencer	68.146.712	105.874.442	98.536.847	105.874.442
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	425.567	29.007	490.403	29.007
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	-	7.535	-	7.537
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	6.098	8.335	6.098	8.335
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	324.429	-	324.429	-
Créditos em atraso acima de 181 dias	53.984	294.180	71.996	294.180
Total	<u>68.956.790</u>	<u>106.213.501</u>	<u>99.423.675</u>	<u>106.213.501</u>

As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas contas a receber de clientes em aberto provisionando prováveis perdas no saldo com percentual progressivo, baseado no prazo em que as contas a receber se encontram em aberto.

## Movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldos da provisão em 1º de janeiro de 2019	573.724	573.724
Reversão da provisão durante o exercício	-	-
Saldos da provisão em 31 de dezembro de 2019	<u>573.724</u>	<u>573.724</u>
	Controladora	Consolidado
Saldos da provisão em 1º de janeiro de 2019	573.724	573.724
Reversão da provisão durante o exercício	-	-
Saldos da provisão em 31 de dezembro de 2019	<u>573.724</u>	<u>573.724</u>

## Movimentação do ajuste a valor presente - AVP

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.430.393	1.430.393
Ajuste durante o exercício	(35.921)	334.742
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.394.472</u>	<u>1.765.135</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

## 12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	25.204.182	14.429.071	39.629.192	14.429.071
Matérias-primas	12.072.999	10.352.619	15.914.041	10.493.019
Combustíveis	160.470	177.592	282.576	298.425
Material de embalagem	766.812	458.960	1.263.312	458.960
Materiais de manutenção	5.213.406	4.494.913	7.520.830	5.582.082
Materiais auxiliares	3.890.932	2.836.340	4.927.475	3.283.970
Outros materiais - insumos	880.211	934.241	1.061.475	1.049.555
<b>Total</b>	<b>48.189.012</b>	<b>33.683.736</b>	<b>70.598.901</b>	<b>35.595.082</b>

## 13. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
COFINS	99.631	110.887	18.589.335	18.261.947
ICMS	2.595.747	2.904.720	4.592.748	6.443.673
PIS	21.630	24.074	4.681.313	4.610.032
IRRF	-	769.580	25.856	782.971
Outros	-	33.365	17.030	63.447
	<b>2.717.008</b>	<b>3.842.626</b>	<b>27.906.282</b>	<b>30.162.070</b>
Circulante	373.726	1.237.632	25.524.749	27.284.769
Não circulante	2.343.282	2.604.994	2.381.533	2.877.300

## 14. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

## a. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas:

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social IRPJ e CSLL sobre Prejuízo Fiscal	-	935.421	-	935.421
			3.038.353	-
Ativo de impostos diferidos				
Instrumentos financeiros derivativos - NDF´s	-	551.131	-	551.131
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	(2.688.894)	(3.512.202)	(2.688.894)	(3.512.202)
Provisão para contingências	383.809	349.257	383.809	349.257
Ajuste a valor presente do contas a receber	477.289	401.766	603.314	401.766
Ganho sobre compra vantajosa IVN	(44.334.800)	(44.334.800)	(44.334.800)	(44.334.800)
	<u>(46.162.596)</u>	<u>(46.544.848)</u>	<u>(46.036.571)</u>	<u>(46.544.848)</u>
Passivo de impostos diferidos				
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	(2.102)	-	(2.102)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(11.350)	(10.343)	(16.679)	(10.343)
Variação cambial - regime de competência	1.735.322	-	1.735.322	-
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(45.354.715)	(40.602.922)	(47.860.748)	(40.602.922)
Passivo de impostos diferidos	<u>(43.630.743)</u>	<u>(40.615.367)</u>	<u>(46.142.105)</u>	<u>(40.615.367)</u>
Saldos Líquidos	<u>(89.793.339)</u>	<u>(87.160.215)</u>	<u>(92.178.677)</u>	<u>(87.160.215)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

## Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Prejuízo fiscal	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - NDF´s	551.131	(551.131)	-
Provisão para contingências	349.257	34.552	383.809
Ajuste a valor presente do contas a receber	401.766	75.523	477.289
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	(2.102)	-	(2.102)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(10.343)	(1.007)	(11.350)
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(3.512.203)	825.411	(2.686.792)
Variação cambial - regime de competência	-	1.735.322	1.735.322
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(40.602.921)	(4.751.794)	(45.354.715)
Ganho compra vantajosa - IVN	(44.334.800)	-	(44.334.800)
Impostos diferidos (líquido)	(87.160.215)	(2.633.124)	(89.793.339)
Efeito no resultado	-	(2.633.124)	-

## b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	43.922.753	172.692.227	43.922.753	172.692.227
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	-	5.257.217	-	5.257.217
	43.922.753	177.949.444	43.922.753	177.949.444
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	14.933.736	60.502.811	14.933.736	60.502.811
Exclusões/Adições permanentes:	(1.421.007)	442.852	(1.421.007)	442.852
	13.512.729	60.945.663	13.512.729	60.945.663
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(10.879.604)	(2.671.865)	(10.879.604)	(2.671.865)
Despesas com imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.633.125)	(58.273.798)	(2.633.125)	(58.273.798)
Alíquota efetiva	31%	34%	31%	34%

## 15. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Eletrobras	202.993	202.993	202.993	202.993
IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	348.883.960	291.999.490	-	-
Total	349.086.953	292.202.483	202.993	202.993



VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

---

<u>IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Participação (%)	100%	100%
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2019	291.999.490	-
Aquisição de investimento (nota explicativa nº 3)	-	296.419.553
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	57.790.487	3.459.342
Outros ajustes	773	-
Equivalência patrimonial	(906.790)	(7.879.405)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	<u>348.883.960</u>	<u>291.999.490</u>

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

16. Imobilizado

Controladora	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de reparo e conservação	Software	Total
Custo:								
Saldos em 1º de janeiro de 2018	37.427.095	278.416.144	461.571	1.899.590	152.780	2.401.597	369.001	321.127.778
Adições	-	-	-	-	10.195.734	(429.158)	129.161	9.895.737
Transferências	1.458.478	5.824.506	21.344	256.822	(7.164.299)	(396.851)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.885.573	284.240.650	482.915	2.156.412	3.184.215	1.575.588	498.162	331.023.515
Adições	-	879.366	8.220	45.443	6.178.220	1.840.243	-	8.951.491
Alienações	-	(165.612)	-	-	-	-	-	(165.612)
Transferências	(435.104)	10.342.191	736.877	(1.309.014)	(8.128.320)	(1.342.738)	136.108	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.450.470	295.296.595	1.228.012	892.840	1.234.115	2.073.093	634.270	339.809.395
Depreciação:								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.789.517)	(64.132.553)	(227.509)	(1.115.237)	-	-	(265.177)	(68.529.993)
Depreciação no exercício	(550.635)	(14.849.715)	(20.894)	(139.478)	-	-	(11.589)	(15.572.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(3.340.152)	(78.982.268)	(248.403)	(1.254.715)	-	-	(276.766)	(84.102.304)
Depreciação no exercício	(574.651)	(19.569.802)	(94.155)	(56.932)	-	-	(57.794)	(20.353.334)
Alienações	-	104.435	-	-	-	-	-	104.435
Transferências	92.705	(647.893)	(194.980)	738.364	-	-	11.804	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(3.822.098)	(99.095.529)	(537.538)	(573.283)	-	-	(322.756)	(104.351.203)
Valor líquido contábil:								
Em 31 de dezembro de 2018	35.545.421	205.258.382	234.512	901.697	3.184.215	1.575.588	221.396	246.921.211
Em 31 de dezembro de 2019	34.628.372	196.201.066	690.475	319.557	1.234.115	2.073.093	311.514	235.458.191

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

Consolidado	Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de Reparo e Conservação	Software	Total
Custo:								
Saldos em 1º de janeiro de 2018	160.224.857	429.239.424	1.963.596	1.899.590	152.780	2.401.597	808.090	596.689.935
Adições	-	5.668	-	-	10.195.734	(429.158)	129.161	9.901.405
Transferências	1.458.478	5.824.506	21.344	256.822	(7.164.299)	(396.851)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	161.683.335	435.069.058	1.984.940	2.156.412	3.184.215	1.575.588	937.251	606.591.340
Adições	-	879.366	8.220	45.443	6.178.220	1.840.243	-	8.951.491
Alienações	-	(165.612)	-	-	-	-	-	(165.612)
Transferências	(435.104)	10.342.191	736.877	(1.309.014)	(8.128.320)	(1.342.738)	136.108	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	153.494.993	456.698.719	2.745.494	993.150	3.449.461	2.073.093	136.108	620.528.269
Depreciação:								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(6.821.820)	(70.508.033)	(380.696)	(1.115.237)	-	-	(330.386)	(79.156.172)
Depreciação no exercício	(550.635)	(14.849.715)	(20.894)	(139.478)	-	-	(11.589)	(15.572.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(7.372.455)	(85.357.749)	(401.591)	(1.254.715)	-	-	(341.974)	(94.728.484)
Depreciação no exercício	(3.467.821)	(23.960.497)	(210.754)	(58.124)	-	-	(57.794)	(27.754.990)
Alienações	-	104.435	-	-	-	-	-	104.435
Transferências	429.431	(984.619)	(194.980)	738.364	-	-	11.804	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(10.410.845)	(110.198.430)	(807.324)	(574.476)	-	-	(45.990)	(122.379.038)
Valor líquido contábil:								
Em 31 de dezembro de 2018	154.310.881	349.711.850	1.583.350	901.696	3.184.215	1.575.588	595.277	511.862.857
Em 31 de dezembro de 2019	143.084.149	346.500.290	1.938.169	418.674	3.449.461	2.073.093	90.118	498.149.231

## 17. Partes relacionadas

## Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas foi de R\$ 3.029.649 (R\$ 2.012.447 em 2018).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica/odontológica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Alimentação do trabalhador	4.805.328	4.317.559	5.529.303	4.317.559
Auxílio transporte	-	-	583.601	-
Participação nos lucros	880.104	523.020	1.236.687	523.020
Assistência médica/odontológica	2.304.955	2.047.521	2.823.032	2.047.521
Seguro de vida em grupo	284.652	253.166	318.602	253.166
Total	<u>8.275.039</u>	<u>7.141.266</u>	<u>10.491.223</u>	<u>7.141.266</u>

## 18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercado interno	14.876.507	16.580.551	20.570.696	17.145.235
Mercado externo	2.959.578	2.693.681	3.059.286	2.693.681
Ajuste a valor presente - AVP	(24.065)	(30.421)	(39.739)	(30.421)
Total	<u>17.812.020</u>	<u>19.243.811</u>	<u>23.590.244</u>	<u>19.808.495</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

## 19. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 28.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas		Saldo em 31/12/2018	Adições		Amortizações		Prazos		
				Base	Spread ao Ano		Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros + Variação	Saldo em 31/12/2019	Circulante	Não circulante
Banco Itau	2146177015	03/08/2020	4131	CDI-POS	3,00%	11.785.787	-	(467.780)	(4.741.950)	(1.378.030)	6.133.587	6.133.587	-
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	45.591.142	-	3.528.229	(12.627.385)	(3.301.291)	33.190.695	14.226.622	18.964.073
Banco Bradesco	1171802006	23/04/2021	4131	CDI-POS	2,18%	45.412.656	-	2.391.492	(18.566.213)	(3.258.925)	25.979.010	19.485.101	6.493.909
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	45.120.585	-	1.476.416	(12.807.368)	(1.213.607)	32.576.026	13.481.857	19.094.169
Banco ABC	4086616	10/04/2019	Capital de Giro	CDI-POS	5,54%	1.066.404	-	18.718	(1.059.722)	(25.400)	-	-	-
(-) Enc.financeiros						(921.680)	-	289.091	-	-	(632.589)	(289.883)	(342.706)
<b>Total geral</b>						<b>148.054.894</b>	<b>-</b>	<b>8.171.726</b>	<b>49.802.638</b>	<b>9.177.253</b>	<b>97.246.729</b>	<b>53.037.284</b>	<b>44.209.445</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	2019	2018
2019	-	54.086.265
2020	53.037.284	51.129.486
2021	33.936.556	32.863.050
2022	10.272.889	9.976.093
Total	97.246.729	148.054.894

### Garantias

Abaixo são demonstradas as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Aval Quatroefe e duplicatas (30%)
Finame	Garantidos pelos equipamentos

Os valores acima captados em moeda estrangeira através das operações 4131, atrelado a contrato de Swap com indexador de CDI + Spread, tem como garantia as seguintes condições por entidade financeira:

- Banco Itaú S.A. - aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 15% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe;
- Banco Bradesco S.A. - aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 18% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe;
- Banco do Brasil S.A. - fluxo de recebíveis das vendas performadas relativas ao contrato de fornecimentos para a Ambev S.A. + Caução de 10% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe.

## 20. Debêntures a pagar

	2019	2018
Debêntures a pagar (passivo circulante)	22.500.000	3.000.000
(-) Custo de transação a incorrer	(485.959)	(484.631)
Total	22.014.041	2.515.369
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	173.000.000	197.000.000
(-) Custo de transação a incorrer	(1.574.720)	(2.060.679)
Total	171.425.280	194.939.321
Total das Debentures a pagar	193.439.321	197.454.690

1ª Emissão de Debêntures:

Em 15 de julho de 2014, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476.

Foram emitidas 13.400 (treze mil e quatrocentas) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), feita com uma sindicalização de Bancos composta pelo Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Banco Itaú, cujo mandatário foi o Banco do Brasil.

Em 14 de maio de 2018, a Companhia efetuou o resgate total antecipado das debêntures em circulação, com a obtenção do termo de liberação das garantias.

2ª Emissão de Debêntures:

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia efetuou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476.

Foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$200.000.000 (duzentos milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 54 (cinquenta e quatro) parcelas, a partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1 de novembro de 2019 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1 de novembro de 2018.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>), acrescidos de um spread equivalente a 2,60% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$170.000.000 (cento e setenta milhões de reais) foram utilizados para aquisição de planta pré-operacional da Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. ("IVN") e o saldo remanescente para reforço de caixa da Companhia.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão de Debêntures como segue:

- Descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias contado da respectiva data de vencimento;
- Decretação de falência da Emissora e/ou da Quatroefe, pedido de autofalência pela Emissora e/ou da Quatroefe, pedido de falência da Emissora e/ou da Quatroefe formulado por terceiros não elidido no prazo legal, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora e/ou pela Quatroefe, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- Extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou Quatroefe;
- Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora e/ou sua controladora e/ou suas controladas, coligadas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$9.000.000 (nove milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão;
- Ressalvado o pagamento do dividendo mínimo equivalente a 20% (vinte por cento) do lucro líquido da Emissora, conforme previsto no Estatuto Social da Emissora, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora realize qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas;
- Mudança ou alteração do objeto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas, sem o prévio consentimento de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;



- Ocorrência de qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem a prévia e expressa anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Entende-se como "controle" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- Se a Emissora e/ou sua controladora e/ou suas controladas e/ou suas coligadas, inadimplir qualquer dívida financeira, observado o prazo de cura aplicável, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$9.000.000,00 (vinte milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão;
- Se a Emissora efetuar investimento, direto ou indireto, em outras sociedades, aquisição e alienação de participações societárias, ou criação de subsidiárias, sem o prévio consentimento de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto a aquisição da IVN;
- Se a Emissora e/ou a IVN celebrarem e/ou amortizarem mútuos, empréstimos, adiantamentos (inclusive adiantamentos para futuro aumento de capital) com terceiros, sem o prévio consentimento de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto a realização de mútuos entre a Emissora e a IVN;
- Se a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures e/ou previstas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia, sem a prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- Cisão, fusão, incorporação de ações, ou ainda, incorporação da Emissora, da IVN (exceto pela incorporação da IVN pela Emissora) e/ou da Quatroefe por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- Redução do capital social da Emissora e/ou da IVN (após a aquisição desta pela Emissora) sem a prévia e expressa autorização de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- transformação da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada ou qualquer outro tipo de sociedade, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

---

- Caso os Instrumentos de Garantia ou seu objeto, integral ou parcialmente, por qualquer fato, tornem-se inválidos, inexecutáveis, inábeis ou impróprios para assegurar o pagamento das Debêntures, exceto se os mesmos forem substituídos por garantias satisfatórias a titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- Aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Escritura de Emissão;
- Invalidez, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão ou da Fiança;
- Questionamento judicial pela Companhia e/ou pelo Fiador e/ou por sua controladora e/ou suas controladas e/ou suas coligadas, da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Instrumentos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias (incluindo a Fiança);
- Não constituição das Garantias Reais, conforme prazos e condições previstas nos respectivos Instrumentos de Garantia;
- Se as declarações e garantias prestadas pela Emissora, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas;
- Com relação a qualquer das Garantias e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos Instrumentos de Garantia, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”)) (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos aqui previstos, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico.

Em 18 de fevereiro de 2019 foi realizado o Primeiro Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de formalizar o cumprimento da convocação das debêntures da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória para da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, passando referido instrumento a denominar-se: “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição”.

#### Vencimento antecipado automático

O agente fiduciário deverá convocar Assembleia geral no prazo de 3 dias úteis contado em data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures sendo que, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido, conforme o caso, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados pro rata temporis a partir da Data de Integralização ou da última data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Inadimplemento Não Automáticos" e, em conjunto com Eventos de Inadimplemento Automático "Eventos de Inadimplemento"):

- a) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer Instrumento de Garantia, que não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo descumprimento;
- b) se as declarações e garantias prestadas pela Emissora, conforme abaixo previstas, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, incorretas, inconsistentes ou insuficientes;
- c) se a Emissora vender ou locar ou ceder a totalidade ou parte de seus ativos, de forma que afete a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não;
- d) questionamento judicial, por qualquer pessoa que não seja a Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores e/ou por sua controladora e/ou suas controladas e/ou suas coligadas, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Instrumentos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias (incluindo a Fiança), não sanado de forma definitiva no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data em que a Companhia tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- e) caso os Instrumentos de Garantia ou seu objeto, integral ou parcialmente, por qualquer fato, sejam objeto de decisões judiciais ou arbitrais e/ou administrativas que prejudiquem ou impactem os Instrumentos de Garantia; e
- f) Protestos de títulos contra a emissora e suas controladas e/ou suas coligadas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, e que não sejam

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

- g) sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo legal estipulado para pagamento, à exceção do protesto efetuado indevidamente, por erro ou má-fé de terceiro, ou ainda que tenha sido contestados, sustados, sanados ou cancelados tempestivamente; e
- h) existência de qualquer decisão arbitral definitiva ou decisão judicial de natureza condenatória transitada em julgado proferida contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, ou seu equivalente em outras moedas.
- i) Para os fins da alínea (f), o Covenant Financeiro, a ser verificado anualmente, será o índice dívida líquida / EBITDA Recorrente, calculado com base no EBITDA consolidado dos últimos 12 meses, conforme tabela abaixo, sendo certo que a primeira verificação será realizada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Ano	Dívida líquida/ EBITDA
2019	Menor ou igual a 3,00

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas, inclusive o item i. conforme segue:

	Nota	31/12/2019
Lucro líquido do exercício		30.410.024
(+) Resultado financeiro	26	28.584.123
(+) Depreciação	16	27.754.990
(+) Imposto de renda e contribuição social	14	12.859.713
Ebitda		99.608.850
Empréstimos e financiamentos	19	97.246.729
Debêntures a pagar	20	193.439.321
(-) Caixa equivalente caixa	10	(33.118.197)
(-) Derivativos	29	(7.908.511)
Endividamento líquido		249.659.342
Dívida líquida/EBTIDA		2,51

Nesta 2ª Emissão de Debêntures foram dadas as seguintes garantias:

- 1 - Alienação Fiduciária de todas as quotas de Emissão da IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.;
- 2 - Alienação Fiduciária da totalidade dos imóveis industriais de propriedade da Vidroporto S.A.;
- 3 - Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Vidroporto sobre as vendas oriundas do Contrato de Fornecimento de garrafas de vidro celebrado entre a Companhia e HNK BR Indústria de Bebidas Ltda.;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

4 - Aval do acionista Quatroefe:

- Após o início da atividade da IVN, uma vez cumpridas as condições presentes do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures acima citado, ou seja, atingimento do faturamento anual de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) e faturamento mensal para a HNK, a alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Vidroporto poderá ser substituída pela alienação fiduciária do imóvel industrial de propriedade da IVN.

Adicionalmente poderá substituir a Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da Vidroporto pela Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da IVN sobre as vendas para a HNK.

21. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
COFINS	(2.487.189)	(1.439.059)	(2.490.268)	(1.441.742)
CSSL	(540.895)	(4.344)	(541.921)	(219.439)
FGTS	(231.673)	(249.645)	(288.939)	(257.548)
ICMS	(5.562.701)	(3.403.691)	(5.562.701)	(3.403.691)
INSS	(760.825)	(804.622)	(979.176)	(862.469)
IPI	(6.837.291)	(4.993.952)	(9.032.456)	(4.993.952)
IRPJ	(1.290.249)	-	(1.290.249)	(446.410)
IRRF	(217.694)	(304.633)	(260.915)	(306.210)
ISS	(15.386)	(12.955)	(34.226)	(18.323)
PIS	(538.973)	(310.929)	(539.640)	(311.510)
Outros	(49.377)	(51.822)	(49.902)	(51.823)
	<u>(18.532.253)</u>	<u>(11.575.652)</u>	<u>(21.070.393)</u>	<u>(12.313.116)</u>

22. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 197.114.869 (R\$ 171.803.649 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 164.875.209 ações ordinárias (idêntico em 2018), todas nominativas, sem valor nominal, não conversíveis para qualquer outra forma.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

### Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

### Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	30.410.024	111.746.565
(-) Ganho por compra vantajosa	-	(86.061.671)
(+) Equivalência patrimonial e outros ajustes de investimentos	906.017	7.879.405
(=) Resultado da operação	31.316.041	33.564.299
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(1.565.802)	(1.678.215)
(=) Lucro líquido ajustado	29.750.239	31.886.084
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20%	20%
Dividendo mínimo obrigatório	5.950.048	6.377.217
(-) Juros sobre capital próprio, líquido IRRF	-	(1.120.000)
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	5.950.048	5.257.217

## 23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta fiscal	414.390.761	365.060.003	498.051.866	365.111.751
Menos:				
Impostos sobre vendas	(105.281.444)	(93.908.431)	(123.044.187)	(93.919.455)
Devoluções e abatimentos	(1.795.118)	(1.979.020)	(2.286.473)	(1.979.019)
Total	307.314.200	269.172.552	372.721.206	269.213.276

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

## 24. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Combustíveis/energéticos	75.313.240	63.127.460	100.260.707	63.208.716
Matérias primas	55.854.586	52.494.727	63.448.792	55.287.800
Mão de obra e encargos	25.012.226	24.464.629	32.005.314	24.606.024
Depreciações	20.139.891	15.428.245	27.354.605	15.428.245
Materiais de manutenção	9.351.083	5.534.560	11.826.540	5.724.447
Materiais de embalagem	6.214.301	5.190.544	12.128.918	8.985.849
Alimentação ao trabalhador	3.149.715	2.880.291	3.244.620	2.880.291
Assistência médica	2.000.558	2.052.233	2.023.579	2.052.233
Materiais auxiliares	8.993.027	7.547.450	10.517.955	7.692.732
Prestação de serviços	3.981.360	3.579.210	6.692.435	3.728.756
Materiais de uso e consumo	764.412	636.809	1.033.106	639.715
Materiais de segurança	347.961	311.956	525.479	320.409
Seguro de vida em grupo	81.050	65.855	81.050	65.855
Outros custos	3.475.329	1.483.898	3.921.681	1.608.755
<b>Total</b>	<b>214.678.739</b>	<b>184.797.867</b>	<b>275.064.781</b>	<b>192.229.847</b>

## 25. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	9.137.865	7.059.974	10.587.298	7.122.032
Benefícios sociais	2.883.238	1.752.022	4.728.711	1.752.022
Serviços de terceiros	3.042.849	2.418.094	3.453.838	5.439.068
Consumo de materiais	223.705	1.362.918	1.413.595	1.362.918
Energia elétrica	137.606	157.322	221.787	157.322
Despesas tributárias	347.466	269.254	347.967	269.254
Despesas com comunicações	88.102	70.557	134.056	70.557
Viagens e representações	447.986	384.231	612.179	384.231
Depreciação e amortização	213.534	144.068	400.476	144.068
Despesas indedutíveis	1.472.308	92.933	1.472.308	92.933
Outras despesa	744.324	442.175	1.877.610	442.176
<b>Total</b>	<b>18.738.983</b>	<b>14.153.548</b>	<b>25.249.825</b>	<b>17.236.581</b>

## 26. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	4.167.271	3.288.106	4.168.633	3.288.106
Ganhos com derivativos - Swap	-	10.165.871	-	10.165.871
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	-	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(6.354)	(149.238)	9.320	(149.238)
Variação cambial positiva	23.272.361	27.432.514	23.296.163	27.432.514
Outros	435.820	359.778	815.746	359.778
	<b>27.869.097</b>	<b>41.097.031</b>	<b>28.289.862</b>	<b>41.097.031</b>
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(26.039.123)	(21.973.972)	(26.318.645)	(21.973.972)
Perdas com derivativos - Swap	(806.701)	-	(806.701)	-
Variação cambial negativa	(28.565.525)	(39.111.339)	(28.637.332)	(39.111.339)
Descontos concedidos	(432.237)	(1.986)	(871.659)	(1.986)
Despesas bancárias	(149.533)	(236.379)	(205.321)	(236.379)
Despesas com cobrança	(20.612)	(41.112)	(21.878)	(41.112)
Juros/multa de mora	(8.731)	(25.429)	(12.448)	(25.429)
	<b>(56.022.462)</b>	<b>(61.390.217)</b>	<b>(56.873.985)</b>	<b>(61.390.217)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(28.153.366)</b>	<b>(20.293.186)</b>	<b>(28.584.123)</b>	<b>(20.293.186)</b>



## 27. Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) à opinião dos assessores jurídicos da Companhia, à natureza dos processos e à experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cíveis	1.078.415	1.078.414	1.078.415	1.078.414
Trabalhistas	1.128.849	1.027.227	1.139.691	1.038.069
Total	<u>2.207.264</u>	<u>2.105.641</u>	<u>2.218.106</u>	<u>2.116.483</u>

## Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 154.427 em 2019 (R\$ 51.732 em 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 28. Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2019	Controladora	Consolidado
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	28.614.615	33.118.197
Instrumentos financeiros derivativos	7.908.511	7.908.511
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Contas a receber de clientes	66.988.594	97.084.816
Outros créditos	1.589.200	14.715.902
<b>Total</b>	<b>105.100.920</b>	<b>152.827.426</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	(21.498.726)	(28.046.513)
Empréstimos e financiamentos	(97.246.729)	(97.246.729)
Debêntures a pagar	(193.439.321)	(193.439.321)
<b>Total</b>	<b>(312.184.776)</b>	<b>(318.732.563)</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>		
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	63.946.032	64.163.968
Outros Investimentos	5.390.417	5.390.417
Instrumentos financeiros derivativos	8.715.212	8.715.212
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Contas a receber de clientes	104.209.384	104.209.384
Outros créditos	2.575.941	2.599.085
<b>Total</b>	<b>184.836.987</b>	<b>185.078.067</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	20.919.997	21.484.682
Empréstimos e financiamentos	148.054.894	148.054.894
Debêntures a pagar	197.454.690	197.454.690
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
<b>Total</b>	<b>366.429.581</b>	<b>366.994.266</b>

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor justo. Os contratos de swap são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco operacional;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de Administração e Diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à Contas a receber e outros recebíveis como é a prática de mercado.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e saldos bancários	10	15.155.533	7.547.062	19.645.631	7.764.998
Aplicações financeiras	10	13.459.082	56.398.970	13.472.566	56.398.970
Contas a receber de clientes	11	66.988.594	104.209.384	97.084.816	104.209.384
Total		<u>95.603.209</u>	<u>168.155.416</u>	<u>130.203.013</u>	<u>168.373.352</u>

## (ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e sua controlada utilizam o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

## Controladora

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	17.812.020	17.812.020	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	97.246.729	53.037.284	33.936.556	10.272.889	-
Debêntures a pagar	193.439.321	22.014.041	98.030.737	73.394.543	-
Outras contas a pagar	3.686.705	3.686.705	-	-	-

## Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	23.590.244	23.590.244	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	97.246.729	53.037.284	33.936.556	10.272.889	-
Debêntures a pagar	193.439.321	22.014.041	98.030.738	73.394.543	-
Outras contas a pagar	4.456.268	4.456.268	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	19.243.811	19.243.811	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	148.054.894	54.086.266	83.992.536	9.976.092	-
Debêntures a pagar	197.454.690	2.515.369	59.629.410	135.309.911	-
Outras contas a pagar	1.676.186	1.676.186	-	-	-

### Consolidado

Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	19.808.495	19.808.495	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	148.054.894	54.086.266	83.992.536	9.976.092	-
Debêntures a pagar	197.454.690	2.515.369	59.629.410	135.309.911	-
Outras contas a pagar	1.676.186	1.676.186	-	-	-

### (iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	10	13.459.082	56.398.970	13.472.566	56.398.970
Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar	19 e 20	(290.686.050)	(345.509.584)	(290.686.050)	(345.509.584)
Déficit apurado		<u>(277.226.968)</u>	<u>(289.110.614)</u>	<u>(277.213.485)</u>	<u>(289.110.614)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	11	13.459.082	56.398.970	13.472.566	56.398.970
Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar	20 e 21	(290.686.050)	(345.509.584)	(290.686.050)	(345.509.584)
Déficit apurado		<u>(277.226.968)</u>	<u>(289.110.614)</u>	<u>(277.213.485)</u>	<u>(289.110.614)</u>

### Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2018.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
			Incremento		Deterioração		Incremento		Deterioração	
	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo
Empréstimos e financiamentos	12,00		15,00		9,00		18,00		6,00	
Capital de giro (CDI)		97.246.729		14.587.009		8.752.206		17.504.411		5.834.804
Debêntures	12,00	200.000.000	15,00	30.000.000	9,00	18.000.000	18,00	36.000.000	6,00	12.000.000
Efeito Líquido				<u>44.587.009</u>		<u>26.752.206</u>		<u>53.504.411</u>		<u>17.834.804</u>

#### (iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como hedge para tais fins.

#### (v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em Reais)

### Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total do passivo	433.522.939	478.902.586	446.060.305	480.315.867
Caixa e equivalentes de caixa	(28.614.615)	(63.946.032)	(33.118.197)	(64.163.968)
Dívida líquida (A)	404.908.324	414.956.554	412.942.108	416.151.899
Total do patrimônio líquido (B)	<u>308.770.889</u>	<u>284.310.913</u>	<u>308.770.889</u>	<u>284.311.657</u>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1,31	1,46	0,69	1,46

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de swap, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

## 29. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03.

### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e sua controlada, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.



b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 8.951.491 (R\$ 9.766.578 em 2018), dos quais R\$ 181.464 (R\$ 8.761.260 em 2018) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia.

30. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e sua controlada são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

31. Eventos Subsequentes

Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Contábeis

Em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia e sua controlada informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de vendas e aquisição de matéria prima, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus.

Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia e sua controlada estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Companhia e sua controlada e, ainda, para seus clientes e fornecedores. Contudo, a Administração não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da Companhia e sua controlada, pois espera uma redução de demanda de consumo no curto prazo.